



## **COMPREENDENDO O PROCESSO DE ACOLHIMENTO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NOS ESPAÇOS EDUCATIVOS**

**José Ronaldo dos Santos**  
professor1ronaldo@gmail.com

### **RESUMO**

Tendo em vista as dificuldades de convivência observadas, entre os educandos “ditos normais”, e os que apresentam alguma deficiência, no cotidiano escolar, este estudo buscou compreender, como ocorre o processo de acolhimento aos estudantes com deficiência nas escolas, possuindo como questão central, a seguinte problemática: quais situações, ou processos educativos, são vivenciados quando se realiza o momento acolhedor de alunos com deficiência, nas escolas? E, dentro desta discussão, inclui-se, não apenas estudantes deficientes, mas todos os alunos que, por inúmeras causas de exclusão, apresentem dificuldades de aprendizagem em seu desenvolvimento pedagógico. Diante desta problemática, é preciso reconhecer que, os alunos que apresentam deficiências, têm o direito de frequentar à escola, e acredita-se que nenhum professor tenha dificuldade em aceitar isto. Do ponto de vista pedagógico, este estudo foi, inicialmente, desenvolvido a partir de uma pesquisa de campo com caráter qualitativo, sendo os dados coletados através de um questionário semiestruturado com questões que abordavam o contexto escolar, e a presença de alunos deficientes, nas escolas, bem como as concepções dos docentes sobre estas questões. Os dados coletados foram analisados, e os resultados discutidos, geraram algumas conclusões sobre a presença de alunos com deficiências, nos espaços educativos, da importância e do papel do docente no processo do acolhimento, deste aluno.

**Palavras-chave:** inclusão, acolhimento, espaços educativos, sala de aula inclusiva, formação docente.

### **1. INTRODUÇÃO**

Na verdade este é um tema instigante, e que há muito tempo gerava curiosidade, mas somente agora foi possível investigar melhor. Isso se deve principalmente, nunca se discutiu tanto o processo de inclusão, haja vista, que a legislação escolar, vem tornando obrigatória a presença de alunos deficientes nas salas de aulas do ensino regular. Dentro deste contexto de discussão, surgem as reflexões sobre elementos importantes, e primordiais indispensáveis na construção da escola inclusiva. Assim, surgiu a construção da seguinte problemática: como receber alunos dentro de um processo de inclusão escolar, se não fomos e não estamos preparados para fazê-lo?

Nesse sentido, a hipótese norteadora, desta pesquisa, destaca que: A escola não vem realizando um trabalho de promoção à conscientização, sobre a importância do respeito às diferenças, com alunos não deficientes, para que eles aprendam a lidar com as diferenças.

Nesta perspectiva, a reflexão realizada diz respeito ao fato, de que, muitos alunos com deficiência (sejam crianças, jovens ou adultos) podem sentir um sentimento de afronta (e/ou medo), em um ambiente social, no qual se sintam diferentes. E, dessa forma, sentirem-se vítimas de intolerância em relação ao tratamento que lhes é oferecido, ao adentrar no ambiente educativo, por exemplo. No entanto, pode-se apontar uma falha, muito frequente no trabalho com alunos deficientes, é o de desenvolver o perigoso sentimento de piedade, e fazer desses alunos “coitadinhos”, de quem tudo se aguenta, e dessa maneira, ter decisões que não colaborem em seu processo formativo, pela falta de estímulos ou de desafios, no sentido de fazê-los evoluir em seu processo de desenvolvimento.

Na verdade, todo ser humano, independente de sua condição, tem o direito à vida, bem como, de ter acesso a uma educação que signifique aprender e assimilar conhecimentos, no sentido de aprender a fazer, a conviver e a ser, bem como, o direito a explorar seus talentos e capacidades, a desenvolver sua personalidade em um ambiente respeitoso, com o objetivo de melhorar sua vida e transformar a sociedade. Assim, quando os espaços educativos, ou sociais, recebem pela primeira vez, uma criança com que possuam, dentre a diversidade de características pessoais, que podem ser encontradas no processo de desenvolvimento humano (apresentando, ou não, algum tipo de deficiência, em relação aos demais alunos ditos “normais”), pode ser comum, alguém duvidar da capacidade de ela aprender, neste no espaço. Dessa forma, talvez seja necessário dar uma atenção especial ao processo de acolhimento dos alunos, de forma a melhorar o processo de integração e inclusão escolar pretendido. Porém, caso o educador sinta-se despreparado para realizar esta ação (ficando ansioso e/ou temeroso), o próprio ambiente social escolar, fique reticente à presença destes alunos, que de forma geral, “foge”, ao padrão que comumente pode ser observado nos estudantes, que freqüentam as escolas.

Tendo em vista, tais questões, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender o processo de acolhimento aos alunos com deficiência para uma

convivência, de igualdade e respeito, nos espaços educativos das escolas regulares. E, os objetivos específicos formulados são os seguintes: a) analisar as concepções docentes sobre a questão do preconceito presente nos espaços educativos, em relação à presença de pessoas com deficiência; b) relacionar aspectos da formação docente para o processo de conscientização dos alunos sobre a importância de lidar com as diferenças no convívio social; c) discutir a importância da convivência, com pessoas que possuem algum tipo de deficiência, no desenvolvimento do respeito entre as pessoas.

Do ponto de vista metodológico, para tentar responder a problemática em questão, esta pesquisa se guiou pela perspectiva qualitativa, e para obter dados aplicou um questionário semiestruturado, a professores que atuam em escolas regulares na cidade do Cabo de Santo Agostinho/PE. Após a coleta dos dados eles foram analisados e discutidos, gerando conclusões sobre a perspectiva do acolhimento dispensado aos deficientes, ao ingressarem na escola.

Neste contexto, alguns professores pensam ser necessário, antes de receberem alunos “diferentes”, especializarem-se para, de fato, realizar atividades pedagógicas direcionadas a este público específico, quando se reflete e discute o processo de inclusão, e acolhimento escolar. Contudo, a convivência, a experiência e ajuda de outros profissionais capacitados, além da família de alunos deficientes, podem demonstrar que o processo de inclusão não é tão fácil, como parecia, nem impossível de ser realizado, como se pensava, já que o desafio relaciona-se, principalmente, as necessidades de mudanças nas práticas pedagógicas escolares, as quais, muitas vezes, encontram-se cristalizadas ao longo do tempo.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Esta pesquisa buscou compreender melhor o processo de acolhimento aos alunos com deficiência nos espaços educativos, na ocasião de seu ingresso nas escolas regulares. Para isso, contou com a colaboração de alguns autores, que vêm refletindo sobre questões relacionadas ao processo de inclusão, que deve ser realizado nas escolas regulares, dos alunos deficientes. Entre eles destacam-se, Marco de Ação Dakar (1990, p.08), que diz:

Todas as crianças, jovens e adultos, em sua condição de seres humanos, têm direito de beneficiar-se de uma educação que satisfaça as suas necessidades básicas de aprendizagem, na acepção mais nobre e mais plena do termo, uma educação que signifique aprender a assimilar conhecimentos, aprender a fazer, a conviver e a ser. Uma educação orientada a explorar os talentos e capacidades de cada pessoa a desenvolver a personalidade do educando, com o objetivo de que melhore sua vida e transforme a sociedade.

Diante disto, a proposta de acolhimento inclusivo dos alunos que apresentem deficiências, nas escolas do ensino regular, torna a ser um ponto centralizado, quando passamos a discutir o sentido da Educação, num mundo globalizado que, muitas vezes, é marcado por “guerras”, hostilidades e por desigualdades sociais (inaceitáveis), bem como, pelo fantasma do fracasso escolar, ainda existente, a despeito de todos os esforços para eliminá-lo.

## **2.1 Educação inclusiva, o que é isso?**

A proposta da educação inclusiva precisa ser entendida como um dever, a ser assumido e concretizado pelo Estado, contando com a parceria da sociedade, tanto no planejamento das ações, quanto na administração de sua implantação, e implementação, nos variados contextos sociais. Assim, diante de tantas variáveis, relacionadas à educação inclusiva, devemos retomar a significação de escola, e da inclusão, para entendermos que uma escola inclusiva é uma escola de boa qualidade, para todos, com todos, ou seja, sem discriminação. Dessa forma, a boa qualidade da escola traduz-se pelo êxito alcançado na aprendizagem, e na participação, daqueles que dela fazem parte, sem exclusões (CARVALHO, 2010, p.99).

Nesse contexto, a proposta de educação inclusiva passa a ter outra acepção, muito além do que manifesta o termo inclusão, sendo que barreiras devem ser removidas, para promover a aprendizagem, e para garantir a participação de qualquer aluno, independentemente de suas características orgânicas, psicossociais, culturais, étnicas ou econômicas, ou seja, o processo de desenvolvimento, e de aprendizagem, deve ser considerado também, como biológico e cultural.

Apropriadamente, Lima (2001, p. 24) afirma que “é na relação com o meio

que o indivíduo se desenvolve, mas a efetivação do desenvolvimento acontece no nível individual, ficando registrado no corpo e no cérebro”. No entanto, inserir os alunos com alguma deficiência nas escolas, distribuindo-os pelas turmas do ensino regular, apenas como “figurantes”, além de injusto, não corresponde ao que se propõe no paradigma da Educação Inclusiva. E, de igual modo, não contribui para a promoção do desenvolvimento integral daqueles que dela fazem parte. Portanto, há de se ter todo cuidado, com a construção das narrativas, em torno da escola inclusiva, evitando-se que as práticas estabelecidas levem à percepção da escola, somente, como um espaço físico, no qual devem ser introduzidos todos, sem exceções, embora não esteja prevista a perspectiva de trabalhar de forma adequada, as diferenças encontradas neste espaço.

Supostamente, a noção de inclusão pressupõe que a escola é muito mais que um estabelecimento onde há algumas pessoas ensinando para que outras aprendam, e que a inclusão educacional escolar, tem finalidades e objetivos muito mais amplos, e abrangentes, do que reter o aluno durante algum tempo nesse espaço, reduzindo-o a uma simples presença física. Nessa discussão, Freire (1995) destaca que é, próprio do pensar certo, a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido, só porque é novo. Assim como, o critério de recusa ao velho não se caracteriza apenas pelo seu sentido cronológico, pois segundo ele, o velho que preserva sua validade, ou que encarna uma tradição, marca uma presença no tempo, e continua novo. Nesta reflexão, faz parte igualmente do modo de pensar certo, a rejeição mais pensada em decidir a qualquer forma de discriminação, sendo que, a prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ou a qualquer outro tipo de deficiência, que ofenda a substantividade do ser humano, e negue, radicalmente, a proposta da democracia. Por isso, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a própria prática, pois é pensando criticamente a prática de hoje, ou de ontem, que se pode melhorar o próprio fazer pedagógico, como destaca Freire (1995, pág. 42):

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações, uns com os outros, e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos

outros.

Neste contexto, uma educação efetivamente comprometida com a cidadania e com a formação de uma mentalidade não excludente, deve promover o convívio harmonioso e acolhedor de acordo com a diversidade e as diferenças presentes entre as pessoas. E, pensar numa escola centrada em si mesma, como se fosse uma ilha, e distante dos interesses dos alunos, não representa o que se espera de um espaço educativo que se preocupa com o convívio na perspectiva de um momento de igualdade, onde os educandos passem a conviver, desenvolvendo seus sentimentos de respeito em relação ao “outro”, e a si mesmos. Para tanto, a prática pedagógica deve ser inclusiva, de maneira acolhedora, no sentido de envolver a todos, e a cada um, graças ao interesse e à motivação para a aprendizagem sem atitudes preconceituosas.

## **2.2 A sala de aula e o aluno com deficiência**

É imprescindível que não se considere as escolas apenas como espaços físicos, visto que ela não se resume a um local ao qual se dirige, já que este ambiente possui, além de se destinar a ser um ambiente educativo formal, no qual deve ocorrer processos inclusivos, que devem ocorrer a fim de torná-la, efetivamente, um ambiente cheio de: ações, de eventos emocionais e de conflitos humanos. Conseqüentemente, considerando todos estes aspectos, sabe-se que este ambiente pode ser considerado complexo e desafiador, em quaisquer que seja a disciplina escolar evidenciada, sendo que o profissional do ensino, deve também estar preparado para atuar de forma adequada, ou seja:

Os nossos ambientes se modificam por completo quando os alunos com deficiência “passam a fazer” parte deles. Para esse mínimo acontecer, a legislação prevê as adaptações mínimas necessárias no desenho arquitetônico de muitos desses ambientes educativos. Essas modificações e adaptações de espaço e de recursos físicos, por si só, representam o mínimo a ser garantido para que a atenção e a garantia de direitos sejam iniciadas (ALMEIDA, 2011, pag. 37).

No entanto, é importante salientar, mais uma vez, que não é uma simples rampa na frente desses espaços sócios – educativos que irá garantir que esta, é uma escola inclusiva, bem como dizer que ali, naquela comunidade, acontece realmente um processo inclusivo. Porém, para que esta percepção, seja cada vez mais forte, e cada vez mais pertinente, é preciso preparar o ambiente para receber o

aluno diferente, porque, quando ele chegar, é preciso recebê-lo de forma adequada, sendo que esta preparação torna-se também desafio, que precisa ser enfrentado, pois quando os alunos, que apresentam alguma deficiência, adentra ao espaço escolar, surge a possibilidade de se construir, um ambiente que zela pelo respeito às diferenças, e promove o bom convívio.

De acordo com a legislação em vigor, as escolas precisam mudar para se adequar às normatizações vigentes, e aqueles que dela fazem parte, precisam se preparar para poder oferecer um trabalho educativo de qualidade, tendo em vista esta nova perspectiva. Nesse sentido, precisa mudar comportamentos e buscar construir novas práticas e conceitos, inclusive sobre pensando no acolhimento que deve realizar, diante dos desafios, que o novo currículo educacional traz. A busca, então, seria também promover, naqueles que dela fazem parte, a percepção de que a escola precisa construir sua identidade, respeitando os vários estilos de vida, e de trabalho, presentes na sociedade, de forma geral. Portanto, não se deve apenas garantir adaptação ao espaço escolar, deve-se ir além, promovendo mudanças de comportamentos que, certamente, provocarão as mudanças necessárias, nestes espaços educativos, tornando-os, cada vez mais acolhedores. Dessa forma, as leis nº 10.098/2000 e nº 172/2000, destacam:

Art. 12. Os sistemas de ensino, nos termos da Lei. 10.098-2000 e da Lei 10. 172-2000 devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação incluindo instalações, equipamentos e mobiliário e nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações, provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários.

§ 1º. Para atender aos padrões mínimos estabelecidos com respeito à necessidade, deve ser realizada a adaptação das escolas existentes e condicionada à autorização de construção e funcionamento de novas escolas ao preenchimento dos requisitos de infra-estrutura definidos.

§ 2º. As classes hospitalares e o atendimento em ambiente domiciliar devem dar continuidade ao processo de desenvolvimento e ao processo de aprendizagem de alunos matriculados em escolas de Educação Básica, contribuindo para seu retorno e reintegração ao grupo escolar, e desenvolver currículo flexibilizado com crianças, jovens e adultos não matriculados no sistema educacional local, facilitando seu posterior acesso à escola regular.

Ou seja, a legislação destaca que os espaços físicos situam os personagens, e nestes espaços podem-se estabelecer relações, influenciando atitudes, pensamentos ou emoções. E, são os espaços, os primeiros determinantes das características apresentadas por cada um. Assim, é possível iniciar uma observação, ou uma análise, apenas considerando de onde vem uma pessoa, sendo que os espaços influenciam muito todos os seres, reais ou não.

No caso das narrativas que estão presentes nos contextos educativos, deve-se prestar atenção ao tipo de ambiente linguístico que é oferecido aos alunos. E, é

claro que, não se pode desconsiderar o tipo de ambiente de onde eles vêm, e para onde eles voltam ao final de cada período letivo, pois isso tudo influencia a maneira como cada aluno irá conceber a vida, e as suas posturas, em relação a ela mesma. Portanto:

Devemos compreender que o aluno se encontra em um processo de inclusão poderá necessitar de um tempo maior para elaborar suas respostas. Ele é, talvez, o maior aliado de uma aprendizagem que se apresenta como diferente. Isso quer dizer que as construções de hábito e de uma referência se tornarão, as mais difíceis (ALMEIDA, 2011, p. 40).

Assim, devemos concluir que todo espaço escolar, para se tornar um ambiente educativo, precisa se conhecer, e se conceber, como ambiente carregado de cultura local, de vícios, de cultura organizacional e, também, de eventos, de conflitos que, por vezes, aparecem. E, para lidar com essa situação, enquanto não houver uma verdadeira depuração desses ambientes, tudo que se faz ali acaba sendo rotulado ou contaminado, e percebido através das mesmas lentes do passado. Neste contexto, depurar o ambiente seria considerá-lo em sua totalidade, buscando compreender e perceber o que ele possui, e que poderia nele ser abordado, no sentido de melhorar sua dinâmica. Dessa forma, é preciso que todos percebam sua importância, bem como sua complexidade em sua totalidade, pois a escola é, sim, um dos mais importantes espaços a ser conquistado, por ser o local das construções de inúmeras relações sociais, e de construção de saberes, além das imposições legais, se constituindo também num ambiente educativo inclusivo.

### **2.3 A formação docente e a educação inclusiva**

Bachelard (1993) destaca que o espaço físico é aquele acima e abaixo da nossa cabeça. Assim, para ele, há de se considerar o que há, além dos espaços físicos. Nesta metáfora, é possível compreender, que quando se pensa a noção de espaço, há também espaços secretos. Porém, pode-se perguntar, então: nossos espaços secretos nos fornecem o que? Que tipos de emoções, e de conceitos, retiramos de nossos porões e de nossos sótãos da vida? Talvez, possam ser retirados de nossos porões e sótãos, coisas boas e ruins. Mas, apenas as coisas que estão lá, nada mais. E, muitas vezes, lá só há as ruins para serem retiradas porque não visualizamos outras, consideradas apenas diferentes. Assim, pode-se seguir adiante de maneira equivocada, e os espaços por onde passamos acabam se



tornando ambientes insuportáveis. No entanto, é importante considerar que essa visão não é determinista, visto que, há espaços (ou ambientes educativos) funcionando bem, embora, só sejam percebidos e avaliados, caso possam trazer benefícios aos professores e alunos, sendo o ambiente educativo, determinado por sua finalidade, e no ambiente educativo,

a simplicidade é algo a ser pensado, e não em termos de recursos materiais, pois, o ambiente não é feito apenas de espaços ou de recursos físicos. Os ambientes são construídos principalmente por ações e por eventos que permeiam nossas relações nos mais diversos espaços. A simplicidade é, além de tudo, uma postura diante dos inúmeros comportamentos que se sucedem nas salas de educação especial, ou salas de recursos, ou salas em quem haja alunos com deficiência com dificuldades acentuadas de aprendizagem. (BACHELARD, 1993, pág. 85).

Nesta discussão, o ambiente escolar pode ser determinante para que o aluno se sinta bem, e propenso a aprender, sendo permeado pelas emoções e ações característicos do ser humano, sendo o professor, aquele que deve promover esta perspectiva de ocorrência. Isso, pode significar que, em alguns contexto de atuação profissional, a preparação ou formação docente, pode ser determinante para que o professor construa uma postura assertiva em seu fazer pedagógico.

Segundo Mantoan (2003), o argumento mais frequente dos professores, quando resistem à idéia da realização da inclusão escolar, é não estarem, ou não terem sido preparados para esse trabalho. E, sendo assim, a maioria dos professores possui um olhar de funcionalismo sobre o ensino, e tudo o que apresente uma ameaça de “romper” o esquema de seu trabalho prático, ou seja, aquilo que aprenderam a utilizar, a partir de suas vivências profissionais, em suas salas de aula, pode ser, inicialmente, rejeitado. Consequentemente reconhece-se que, inovações educacionais, ou a força da legislação educacional (que obriga as escolas a atender crianças deficientes, em turmas regulares, promovendo sua inclusão), abalam a identidade profissional (relacionada à compreensão de si, do lugar, espaço – ambiente), construída pelo professor. Assim, um professor que, tem acesso a uma formação docente, de maneira a compreender que a mudança faz parte da estrutura de qualquer organização viva, entendendo que as dificuldades, e as possibilidades, fazem parte da vivência efetiva de qualquer ser humano, em qualquer atividade profissional que exerça, pode favorecer a construção de um profissional que lide melhor com as perspectivas de mudanças, a que estamos

sujeitos, a cada momento.

Nesta direção, a formação em serviços, pode se configurar como um valioso elemento estrutural, que pode ser utilizado pelas instituições, no sentido de promover o acesso, aos docentes, de reflexões sobre a própria prática pedagógica, oferecendo também o contato com metodologias de ensino, ou propostas educativas que favoreçam a aquisição de elementos pedagógicos que podem ser incorporados à práxis educativa, com o intuito de promover melhorias na qualidade do ensino oferecido, atualmente aos estudantes. No caso de uma formação docente, inicial e continuada, direcionada à inclusão escolar, pode ser compreendida, atualmente, com uma proposta de trabalho que urgentemente, deve ser oferecida aos docentes, visto que ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, e das práticas pedagógicas que são usuais, no contexto excludente do ensino presente ainda em muitas instituições escolares, em todos os seus níveis de ensino. Dessa forma, a inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação docente nessa direção, requer um pensar diferenciado para as propostas de profissionalização docente existentes, atualmente. Afinal, promover o correto acolhimento, bem como um trabalho diferenciado, com os estudantes deficientes torna-se, o principal desafio, presente nas instituições educativas, pois oferecer a formação adequada para que seja realizado um serviço de qualidade, requer disposição daqueles que pensam o processo educativo, de forma geral.

De certa forma as formações diferenciadas, vem contribuindo para reforçar algumas atitudes de exclusão, oportunizando a alguns um saber próprio, que por sua vez é encaminhado a fundações específicas, isoladas do contexto social. Houve uma institucionalização da prática de exclusão no acolhimento às pessoas com deficiência, produzindo assim dois tipos de professores, e separando a educação em duas partes, “normal” e “especial”, com total deslocação entre elas mesmas. Este fato gera um ambiente no qual professores que atuam nas classes regulares não sabem atuar com crianças com deficiência, e professores que atuam em classes “especiais” não sabem atuar em classes regulares. No tocante a esta questão, percebe-se que:

A formação diferenciada para professores de uns e professores de outros somente vem reforçar o modelo capitalista de produção baseado na eficiência, na seleção dos melhores e na exclusão social de muitos e fundado em visão “desfocada” da realidade e do

indivíduo, estamos assim, correndo o risco de estar institucionalizando a discriminação já no ponto de partida da formação dos professores, e negando, portanto, o princípio de “integração”, não só do deficiente na rede regular de ensino, como também do profissional da educação na realidade educacional existente- não só nas escolas, mas também classes especiais, instituições especializadas etc...Estamos negando a esses profissionais o privilégio e o desafio de conviver com a diferença. (CARTOLANO, 1998, p. 38).

Diante disto, faz-se necessário urgentemente uma discussão ampla sobre a formação inicial e continuada dos professores, sob o amparo do modelo da educação que busca ser inclusiva e acolhedora, a fim de diminuir o abismo entre as suas finalidades e a sua efetivação, já que sem a aliciação do professor não há como efetivar de forma qualitativa essa nova filosofia de se olhar a diferença.

### 3. ANÁLISES DE DADOS

A realização da coleta de dados deste estudo ocorreu partir da aplicação de um questionário composto por seis (06) questões (Anexo 1) referentes à temática: *compreendendo o processo de acolhimento aos alunos com deficiência nos espaços educativos*. Este questionário foi aplicado em uma escola da Rede Pública Oficial de Ensino, sendo inicialmente, respondido pelos professores que aqui serão identificados por **A** e **B**, como forma de resguardar suas identidades. A **Professora A** está atuando em sala de aula há 24 anos, e é formada em Pedagogia e Pós-Graduada em Psicopedagogia, e a **Professora B**, atua em sala de aula há 10 anos, porém, ainda não conseguiu concluir um curso superior.

Para cada professor entrevistado, foi aplicado o mesmo questionário, nessa perspectiva, a primeira questão buscou saber os conceitos a respeito do termo inclusão que os docentes possuem, conforme está destacado abaixo:

**Tabela 1 – Concepções Docentes Sobre Educação Inclusiva**

<b>Questão 1</b>	<b>Respostas dos Professores</b>
O que você entende	<b>Professora A</b> – <i>“Entendo que educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. E que a escola há de se entender que a organização administrativa, o currículo, as metodologias de ensino, e todos os recursos e materiais também são fundamentais para esse processo acolhedor do aluno com</i>

sobre educação inclusiva?	<i>deficiência</i> ”.
	<b>Professora B</b> – <i>“É aceitar esses alunos deficientes realizando uma promoção para uma aprendizagem igualitária para todos, fazendo com que a convivência entre as diferenças possa ser cada vez mais comum e, principalmente, mostrar que cada um, em suas condições, pode colaborar na construção final de um trabalho, seja ele na escola, no supermercado, na padaria ou em qualquer outro espaço social. (As diferenças se juntam para formar um todo)”</i> .

Com base nas colocações observa-se que os professores que foram entrevistados possuem visões diferentes sobre a educação inclusiva. A **Professora A**, refere-se à presença do estudante na escola, e a preparação do ambiente escolar para receber este aluno, sendo que ela destaca a prática pedagógica e a organização administrativa como interferentes, no processo de inclusão do aluno em sala de aula, bem como a adequação do currículo que a escola deve buscar em seu processo de acolhimento aos alunos com deficiência. Já a **Professora B**, faz uma breve discussão sobre a aprendizagem igualitária, bem como a perspectiva de promover a convivência, tendo em vista que, segundo ela, “as diferenças se juntam para formar um todo”. Porém, é preciso ser mais claro e objetivo sobre o que ela define como “igualitária”, afinal os alunos com deficiências não devem provocar as mesmas expectativas, em relação aos resultados de suas aprendizagens, em comparação com os alunos ditos “normais”, bem como ser tratado de forma igual durante o momento construtivo da aprendizagem. No contexto educativo, eles devem ser tratados com respeito e consideração, bem como incentivados a desenvolver-se, a partir de desafios preparados, especificamente, para eles.

Na verdade, quando se fala em Educação Inclusiva, é bom lembrar que não se refere apenas incluir as crianças portadoras de necessidades especiais. Existem também aquelas que possuem as dificuldades sociais, ou seja, relacionadas à pobreza, pois muitas crianças pobres vão à escola em circunstâncias sociais, e familiares, muito complexas e adversas, e caso não lhes sejam providenciadas condições de aprendizagem adequadas, elas poderão não corresponder às aprendizagens pretendidas. Neste sentido, a prática da educação inclusiva, deve prever situações pedagógicas e estratégias didáticas, que minorem as dificuldades e

potencializem as possibilidades, de todas as crianças, serem acolhidas com a perspectiva de que irão aprender, pois:

a inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolares específicas para esta ou aquela deficiência/e ou dificuldade de aprender: os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for; de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. (MANTOAN, 2003, p.67).

Assim, compreende-se que as escolas inclusivas devem reconhecer e responder a todas as necessidades diferentes, considerando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem. E, apesar de, em geral, a Educação Inclusiva ser citada em referência à prática inclusiva de meninos e meninas, que apresente algum tipo de deficiência dentro dos sistemas de ensinos regulares, cada vez mais os professores de todo o mundo reconhecem que uma abordagem de inclusão pode de certa maneira criar condições que atendam as necessidades e dificuldades dos alunos, oferecendo assim, uma educação de elevada qualidade para todos.

A segunda questão desejava saber como as professoras entrevistadas percebiam o processo de acolhimento dos alunos deficientes no cotidiano escolar, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

**Tabela 2 – Os Deficientes e o Processo de Acolhimento nas Escolas**

<b>Questão 2</b>	<b>Respostas dos Professores</b>
Que processo de acolhimento é utilizado aqui na escola?	<b>Professora A</b> – <i>“Aqui na escola procuramos trabalhar junto com a família e outros especialistas como psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas, enfim estes profissionais são grandes aliados em todo processo de acolhimento aos alunos com deficiência.”</i>
	<b>Professora B</b> – <i>“A escola procura trabalhar de forma centrada nas dificuldades apresentadas pelos alunos com deficiência, de forma que junto aos outros alunos ditos normais todos tenham uma visão de igualdade e valorização do ser, a partir de uma convivência social, através de dinâmicas, eventos culturais, formação de grupos em sala de aula havendo assim uma interação e harmonização de todos os envolvidos.”</i>

Diante das respostas obtidas pelas docentes, percebe-se que a **Professora A**

compreende o processo de acolhimento, realizado pela escola, com a participação não apenas do educador, mas de outros profissionais presentes na vida dos educandos, e que de certa forma contribuem nesse processo de acolhida, e no momento de construção da aprendizagem. Já a **Professora B** acredita que as atividades pedagógicas realizadas na escola contribuem para uma boa relação social e interação, entre os alunos. No entanto, esta resposta pode ter sido ocasionada pelo não entendimento do questionamento realizado. Sobre o processo de acolhimento que deve ser realizado no ambiente escolar, Almeida (2011, p. 111), destaca que:

Precisamos preparar o ambiente para receber o aluno diferente, porque, quando o diferente chega, o ambiente deve estar preparado para recebê-lo, e nós também precisamos estar preparados, ou precisamos querer enfrentar o desafio. Quando o especial adentra nosso espaço, surge a possibilidade de se construir outro ambiente e devemos zelar para que isso ocorra gradativamente. Talvez devêssemos seguir sempre dialogando sobre a presença do diferente naquele espaço até que, coletivamente, todos possam opinar e apontar soluções para esta construção social de convivência.

Portanto, o processo de acolhimento a um aluno com deficiência nos espaços educativos, e sociais, implica para o professor (e para qualquer outro cidadão) numa reflexão sobre o modo como se ensina e de como ocorre os relacionamentos e interações sociais. Neste contexto, trata-se de uma nova oportunidade de repensar sobre determinados conceitos, discutir novas situações e buscar vivenciar diferentes possibilidades de atitudes comportamentais para receber e ter um convívio com a diferença, no espaço escolar. Mas, na realização desta prática esse tipo de situação pode ser vivenciado e acompanhado por sentimentos de insegurança e medo, já que o professor tem consciência do papel fundamental que desempenha nesse momento, tão importante, sendo ele quem desenvolve as ações mais diretas no processo da inclusão, tais como: lidar com as expectativas, medo, falta de informação e possíveis frustrações da família do aluno com deficiência, bem como as próprias limitações do próprio portador e até mesmo lidar com ações e reações de preconceito por parte dos familiares e/ou outros estudantes. Neste contexto, há de se entender que a escola, em sua organização administrativa: o currículo, as metodologias de ensino, os recursos e materiais também são determinantes para que de fato exista um processo de acolhimento dos alunos com deficiência, sendo que todos os educadores devem entender e ter a certeza de que não precisa

conhecer tudo, e nem resolver tudo sozinho. Ao contrário, todos os “atores”, (os pais, o corpo docente da escola, a direção, os especialistas em educação especial, os médicos, terapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos), enfim, todos os diferentes profissionais formados e preparados devem ser os grandes aliados da escola. Portanto, o professor deve procurar orientação, tirar todas as dúvidas, receber informações mais específicas e conhecer experiências em conversas com outros profissionais é uma das formas de superar a insegurança inicial e obter sucesso. Na terceira questão foi abordada a presença do preconceito em sala de aula para com o aluno deficiente. E, sobre isto as professoras ofereceram as respostas destacadas na tabela 3.

**Tabela 3 – O Preconceito no Processo de Inclusão Escolar**

Questão 3	Respostas dos Professores
Uma das grandes barreiras a serem derrubadas está nos preconceitos em relação ao tema. Como você vê o problema?	<b>Professora A</b> – <i>“Infelizmente existem pessoas que não são informadas adequadamente. Sabemos que o preconceito está presente em todas as esferas sociais, só que eu enquanto professora, procuro orientar meu aluno sobre o mal que este tipo de sentimento ou sei lá comportamento preconceituoso pode causar grandes barreiras contra um bom relacionamento com o outro (amigos, colegas, vizinhos e até mesmo parentes).”</i>
	<b>Professora B</b> – <i>“Como um verdadeiro problema para um bom relacionamento dentro da escola e até mesmo na sociedade. Em nossa escola algumas reivindicações têm sido insistentemente colocadas, algumas inclusive encaminhadas formalmente à nossa diretora, para juntos podermos sanar essa prática excludente de nossos alunos.”</i>

Ao analisar as respostas acima, percebe-se que as professoras entrevistadas possuem ideias sobre o enfrentamento do preconceito. A **Professora A** destaca a falta de informação que o cidadão pode possuir, sobre esta questão, destacando como essa falta de informação pode atrapalhar na relação amigável, e respeitável dentro de qualquer espaço no qual se encontre o diferente. E, a **Professora B** demonstra não possuir uma resposta convincente para esta questão, o que pode ser proveniente da não compreensão do questionamento realizado.

Sobre a presença do preconceito na escola, em relação aos alunos com deficiência, pode evidenciar que ele só irá promover a exclusão, e o afastamento, podendo aumentar no portador de deficiência, uma percepção de desvantagem, em relação aos outros alunos, e um sentimento de incapacidade na perspectiva de sua aprendizagem. Acredita-se, então que não é apenas a situação de prevenção, mas também de uma falta de preparo para vivenciar com o novo, com o diferente, o incomum. Porém, segundo Aquino (1998, p. 13):

o homem é capaz de transformar a sociedade tendo como base a história de sua própria civilização, seu desenvolvimento, contradições e identidade cultural. Cabe à escola como instituição que produz e reproduz nossa sociedade, trazer para seu cotidiano o exercício de cidadania consciente em face de diversidade cultural.

Então, fazer mudanças nas mentalidades, vencer preconceito e desfazer atitudes de discriminação são propósitos que buscam lidar com valores para reconhecer, e respeitar mutuamente, sendo isso responsabilidade da sociedade como um todo. Porém, a escola tem um papel crucial a desempenhar neste processo, pois ela é espaço de convivência, entre crianças de origens, e nível socioeconômico, diferentes. Há também a presença de costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada um conhece, e visões de mundo diversas daquelas que se compartilha na própria família. Assim, a escola também é um dos lugares, nos quais são ensinadas as regras para convivência, bem como o respeito às diferenças, sendo ainda, a instituição que apresenta à criança, conhecimentos sistematizados sobre as diversas áreas de saber. Portanto, uma sociedade que assume uma postura comprometida com uma luta de tornar as escolas democráticas, deve levar em conta tudo que está sendo discutido sobre os valores que estão sendo conduzido pela mesma contribuindo ativamente da mesma, no sentido de poder contribuir na construção e formação de um novo paradigma de inclusivo e acolhedor.

A quarta questão questionava as professoras entrevistadas sobre como elas pensam ser possível construir uma sociedade inclusiva a partir do convívio em sala de aula. Sobre esta questão elas responderam:

#### **Tabela 4 – A Percepção Docente Sobre a Construção de Uma Sociedade Inclusiva**



Questão 4	Respostas dos Professores
<p>Como se constrói uma sociedade inclusiva a partir do convívio em sala de aula?</p>	<p><b>Professora A</b> – <i>“Para termos uma sociedade que realmente pretende assumir-se como inclusiva necessitamos, fundamentalmente, conscientizar-nos de que todos os alunos, independentemente de suas particularidades, quando passam a viver e partilhar dos mesmos espaços e atividades conseguindo compreender e aceitar os outros, e reconhecer as competências dos colegas e suas necessidades, respeitando todas as pessoas, e lutando para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, desenvolvendo e criando laços de amizade, diminuindo a ansiedade, o medo e a insegurança diante das dificuldades”.</i></p>
	<p><b>Professora B</b> – <i>“Para termos e vivermos em uma sociedade inclusiva, não cabe apenas as instituições de ensino realizar tarefas de fazer existir o processo de inclusão, mas sim a todos os envolvidos neste espaço educativo. Porém, a escola não deve ficar de fora dessa responsabilidade, mas precisa buscar em outros atores da sociedade companhias que são fundamentais para o crescimento desenvolvidor realizar a anexação desses indivíduos na escola, no mercado de trabalho, e na vida social”.</i></p>

Podemos perceber que as **Professoras A e B** compreendem que para termos uma sociedade inclusiva, a partir do convívio em sala de aula, se faz necessário a presença, e ajuda de outros fatores, que venham a favorecer este processo de construção inclusiva. Assim, o papel fundamental da escola para o momento acolhedor aos alunos com deficiência, pois é neste espaço social e educativo que toda vivência social se inicia. Dessa forma, é necessário que haja um preparo para a vivência da inclusão escolar desde a Educação Infantil, quando a criança começa a conviver com pessoas diferentes do seu círculo familiar, e pode ser facilmente ser incentivada a desenvolver sentimentos de acolhimento, e não de repulsa, ou preconceito. Dessa forma, se importante, pensar em uma escola que tenha vida, na qual o professor, os alunos e todos envolvidos no processo de

ensino-aprendizagem sejam respeitados. Nessa discussão, Candau (2002, p. 36), destaca que:

Educar para uma sociedade inclusiva pressupõe compreender toda uma complexa realidade presente nas salas de aula. Realidade na qual os educadores se encontram e sentem-se, muitas vezes, despreparados quando a questão é trabalhar com alunos que têm algum tipo de deficiência. A dificuldade que sentimos quando nos deparamos com situações desse tipo revela nossa fragilidade diante do convívio com a diferença. Embora tenhamos a certeza de que nosso papel enquanto educadores está sendo bem desempenhando e de que todo cidadão tem o direito de ter acesso à informação e ao conhecimento, ainda assim encontramos obstáculos que impedem de realizarmos um trabalho coerente com a nossa prática pedagógica. O medo do diferente e a incerteza quanto ao aprendizado de um aluno com necessidades especiais, impossibilitam o avanço de práticas de aprendizagens relevantes.

Ou seja, compreende-se que educar para uma sociedade inclusiva é comprometer-se com a difusão de novos paradigmas em relação a essa nova pedagogia conhecida e vivenciada como inclusão de pessoas com necessidades e/ou deficiências. Conseqüentemente, só através da democratização da informação e da desconstrução de preconceitos relativos a educação inclusiva haverá a contribuição para se repensar a educação como direito de todo cidadão brasileiro. Na quinta questão discutiu-se a importância e o papel do professor na realização do acolhimento ao aluno deficiente, tendo em vista sua formação e preparo, estando as respostas obtidas para esta questão, sistematizadas na tabela abaixo:

**Tabela 5 – Formação Docente e o Acolhimento aos Alunos com Deficiência**

Questão 5	Respostas dos Professores
O Professor está preparado para a inclusão e realizar um acolhimento com eficiência, respeito e igualdade no ensino	<b>Professor A</b> – <i>“O professor nunca foi preparado para lidar com essa situação, agora não podemos deixar de buscar construir práticas diferenciadas que nos proporcionem um excelente rendimento na aprendizagem, e criarmos situações enriquecedoras, de respeito e valores das diferenças de forma que haja um acolhimento adequado nos espaços educativos para que todos os educandos tenham um atendimento igualitário no momento da acolhida, e diferenciado no momento construtivo dos</i>

aprendizagem?	<p><i>saberes”.</i></p> <p><b>Professor B</b> – <i>“Na verdade o professor nunca passou por uma preparação para lidar com alunos deficientes. O professor é preparado para alfabetizar, educar de forma igualitária, de forma que todos os alunos aprendam e se sintam bem na escola junto com todos ali inseridos”.</i></p>
---------------	--

Conforme as colocações, das **Professoras A e B**, percebe-se que não há na atualidade, uma dinâmica institucional de preparação docente para lidar com o processo de inclusão escolar, quando se pensa na a educação dos alunos deficientes. Porém, a **Professora A** questiona essa forma de pensar destacando aspectos importantes que são favorecidos quando se reflete sobre a proposta de inclusão, relacionando a isso a falta de preparação oferecida aos docentes pra realizar esta proposta. E a **professora B** evidencia também como a formação docente não prever momentos de reflexão e instrumentalização para lidar o trabalho educativo com os alunos deficientes. Neste contexto, Paulo Freire (1981, p.79) comenta o processo de formação docente dizendo que “todos nós sabemos alguma coisa, todos nós ignoramos alguma coisa, por isso aprendemos sempre”. Todos possuem limitações, ninguém é perfeito.

No entanto, atualmente, vislumbra-se um novo perfil de professor, defendido por Ferreira (2006, p. 231), quando afirma que:

Espera-se hoje que a professora seja capaz de compreender e praticar o acolhimento à diversidade e esteja aberta a práticas inovadoras na sala de aula. No novo perfil, a professora deve adquirir conhecimento sobre como conhecer as características individuais (habilidades, necessidades, interesses, experiências, etc...) de cada um dos estudantes, a fim de poder planejar aulas que levem em conta tais informações.

Assim, fica evidente que sem uma mudança de postura, no sentido de possibilitar que a formação inicial docente, reflita sobre a necessidade de realizar a inclusão conforme prever a legislação em vigor. Portanto, é fundamental que se exclua a rancidez de uma formação tradicional, que tem, em sua origem, princípios que sejam embasados na homogeneidade, na qual o educador é compelido a ver o educando sem possuir um planejamento educativo para o mesmo, fazendo com que sua prática não atenda as demandas presentes na sociedade, pois:

A aula inclusiva visa responder à diversidade de estilos de aprendizagem na sala de aula; então, qualquer ação de desenvolvimento e aperfeiçoamento de práticas de ensino e aprendizagem de professores para a inclusão deve ajudá-los a refletir sobre formas de levantamento de informações sobre seu/sua/s aluno (a)s e planejamento de diversas atividades que abranjam os estilos de aprendizagem individual. (IDEM, 2006, p. 231)

Então, o que se está propondo, é uma formação e preparação docente que dê conta da heterogeneidade, o que implica abandonar algumas fórmulas antigas, pois as mesmas não atendem a gama de diferentes situações que ocorrem na sala de aula.

A sexta e última questão de questionário aplicado às professoras, deseja compreender os conceitos de escola inclusiva, que elas possuem, sendo que as respostas estão dispostas abaixo:

**Tabela 6 – Conceitos Docentes Sobre o Significado de Escola Inclusiva**

Questão 6	Respostas dos Professores
O que faz uma escola ser inclusiva?	<p><b>Professora A</b> – “Acredito que o que faz ser uma escola inclusiva é construir um bom projeto pedagógico, que comece pela reflexão. Diferente do que muitos possam imaginar, realizar ações de inclusão é mais do que ter uma escola com rampas e banheiros adaptados. É preciso que a equipe da escola seja inclusiva, e discutir o motivo de tanta reprovação e indisciplina, e saber o porque de os professores não darem conta do recado e de os pais não estarem presente nesse processo. Um bom projeto valoriza a cultura, a história e as experiências anteriores da turma. As práticas pedagógicas também precisam ser revistas”.</p>
	<p><b>Professora B</b> – “É preciso que a escola tenha uma estrutura física bem planejada que facilite a acessibilidade de todos os educandos de maneira igualmente no momento da acolhida na escola e nas salas de aula. Para se fazer uma escola inclusiva é preciso que todo o currículo seja repensado e planejado dando condições de atividades diferenciadas para todos a partir das necessidades e deficiências de cada ser ali inserido”.</p>

Diante das respostas obtidas a partir das concepções que as professoras entrevistadas possuem sobre o que é uma escola inclusiva, percebe-se que elas não se detêm ao contexto da vivência pedagógica solitária, mas à perspectiva de

atuação em conjunto, a partir da realização de projetos pedagógicos, sobre a experiência da escola inclusiva. Neste contexto, compreende-se que todo o trabalho de inclusão deve está interligado, e previsto no Projeto Político Pedagógico da escola, que em sua construção conta com a participação do corpo docente, comunidade escolar e alunos. E, as propostas devem atender ao que diz o capítulo V da Lei 9394/96 que trata da Educação Especial, que determina:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial;

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular;

§ 3º A oferta de educação especial, [...] Tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior.

Dessa forma, além de fazer adaptações físicas, a escola deve proporcionar um atendimento educacional especializado paralelamente às aulas regulares, de preferência, no mesmo local. Conseqüentemente, se um aluno cego, por exemplo, assiste às aulas com outros alunos que enxergam e, no contraturno (um turno após o que se estuda), treina os movimentos, locomoção, uso da linguagem Braille e de instrumentos que ajudem para o desenvolvimento desse aluno, há com certeza possibilidades de que sua integração dentro e fora da escola regular esteja prevista na proposta de uma inclusão construída. E, uma das formas de proporcionar este acesso, bem como, a garantia de atendimento especializado (no contexto comum e em espaços próprios), também esta previsto na Lei, quando abre oportunidades para que a escola, e os sistemas de ensino, construam e implementem suas propostas pedagógicas, planos de trabalho e/ou projetos políticos pedagógicos:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola.

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Portanto, construir espaços educativos inclusivos, necessita de força de vontade política, pois é preciso perseverança, fé, entusiasmo, superação, sem discriminação ou preconceito. Precisa-se ter conhecimento de que muito está sendo feito, mas ainda é pouco, existindo uma grande distância entre o real e o ideal. Neste contexto, a partir das colocações, visões e compreensões de cada profissional entrevistada, entende-se que o tema em discussão apresenta inúmeros desafios, relacionados às atitudes, práticas pedagógicas e comportamentos diferenciados, principalmente tendo em vista a perspectiva de ocorrer a situação acolhedora inclusiva para com os alunos com deficiência nos espaços educativos.

#### **4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A partir da análise dos dados sugere-se que a inclusão continua sendo um desafio, atual, quando se pensa a organização e formação do ambiente educativo para acolher o aluno deficiente, conforme prever a legislação em vigor. Nesse sentido, Freire (2005) destaca que a inclusão, é muito mais do que submeter (o que geralmente é feito pelo uso da força), segundo ele, inclusão é um termo mais abrangente, significando acolher.

Dessa forma, a tendência hoje, é de que seja construída uma sociedade mais inclusiva, ou seja, abrangente e acolhedora, haja vista os valores presentes nas reflexões atuais, sobre a vivência escolar, pois conforme destaca Mantoan (2003, p.18): "a exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar". Conseqüentemente, a luta pela escola inclusiva, embora possa ser contestada, e tenha até mesmo assustado a comunidade escolar, exige mudanças nos hábitos e atitudes, pela sua lógica e ética, promovendo a reflexão sobre o posicionamento social, perante a perspectiva de garantir a vida com igualdade de oportunidade, pautada pelo respeito às diferenças. E, apesar das

iniciativas acanhadas da comunidade escolar, e da sociedade em geral, é possível adequar a escola para viver um novo tempo.

Assim, percebe-se que, conforme a hipótese norteadora deste estudo afirma, e a partir dos resultados obtidos, as escolas ainda não contam com um processo sistematizado de ações para realizar o acolhimento aos alunos deficientes, na promoção de um atendimento escolar de qualidade, destacando o respeito às diferenças e repúdio às atitudes preconceituosas. Nesse sentido, sugere-se que, ainda vivemos um momento de despreparo dos professores, e dos outros agentes envolvidos na vivência escolar, para realizar este trabalho. Portanto, diante dos dados obtidos das professoras que foram entrevistadas, ficou claro que ainda existe dificuldade para promover a real inclusão dos alunos nos espaços escolares, bem como, no estabelecimento de relações de respeito às diferenças no contexto das salas de aula. Assim, o aluno com deficiência ao chegar, neste espaço educativo, ainda é percebido a partir de olhares preconceituosos, ou seja, indesejados naquele ambiente, construído para os alunos “normais”.

No entanto, num país como o Brasil, a legislação estabelece que seja a escola regular, o espaço para atendimento de qualquer criança, seja ela deficiente ou não, a fim de promover o acesso aos saberes escolares, de forma a preparar sua vivência para atuação na sociedade mais ampla, queiramos ou não, globalizada. E, conforme relata Mantoan (2003, p. 53):

Para a maioria dos alunos, pobres (por pertencerem a um país que por muitos anos sofreu a marginalização, primeiro por parte dos conquistadores e depois por parte do capital) a escola é a única chance que se têm para conseguir as condições básicas para se desenvolverem e se tornarem cidadãos, para ganharem uma identidade sociocultural e uma vida digna, livre e feliz.

Neste contexto, as entrevistas forneceram informações importantes, sobre como os docentes vem se preparando, e construindo conceitos, sobre o processo de inclusão escolar dos alunos deficientes. E, percebe-se, então, que as relações de convivência social, são muito importantes, para o desenvolvimento humano, tendo em vista sua multiplicidade de linguagens, e diversidade de formas. No entanto, as deformidades, presentes em suas estruturas, estejam presentes nos relacionamentos, e nas ações sociais (e do trabalho), sendo que, a escola e a família, são os espaços da vida infantil para o seu surgimento e estabelecimento.

## 5. CONCLUSÃO

O presente estudo buscou compreender como o processo de acolhimento vem ocorrendo com alunos deficientes, quando passam a integrar os espaços educativos, a partir de uma problemática que destaca como o desafio proposto, vem sendo enfrentado, tendo em vista a não preparação/formação docente para fazê-lo. Nesse sentido procurou conhecer como as escolas regulares vêm desenvolvendo ações de integração aos alunos inseridos no processo de inclusão, que hoje, vigora como Lei no Brasil. Dessa forma, o aluno com deficiência ou não, deve ser bem recebido no espaço educativo escolar, sendo que ele não deve ser apenas integrado, a este espaço, mas incluído de fato, nas atividades pedagógicas desenvolvidas pelos docentes. No entanto, uma dificuldade que surge neste processo tem a ver com a importante questão da formação docente, na qual esbarra as diretrizes propostas pelas políticas públicas que determinam a presença dos deficientes nas escolas regulares. Em contrapartida, receber o aluno com deficiência na sala de aula não significa, necessariamente, inclusão. Incluir vai além de espaços acessíveis, com estruturas belíssimas. Há a necessidade de formação profissional do professor, e de todos os agentes envolvidos nos espaços educativos, de maneira que a preparação docente traga ao professor, a segurança necessária para implementar uma práxis inclusiva, com todos os seus alunos.

Nesta reflexão, a compreensão do conceito de inclusão, é primordial, visto que, se o aluno deficiente é considerado diferente, todos os seus colegas também o são. Afinal, nascemos, crescemos e vivemos em diferentes contextos socioculturais e variados, com experiências de vida singular. E, nem todas as diferenças, necessariamente, inferiorizam as pessoas, já que a perspectiva do respeito surge, como uma condição, para a convivência e a integração social. Assim, como evidencia Santos apud Mantoan (2003, p.34): "é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza, e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza." No entanto, do ponto de vista da prática pedagógica, a questão da inclusão escolar pode ser acompanhado por sentimentos de insegurança e medo, já que o professor tem consciência do papel que tem de desempenhar, nesse momento importante, de suas ações mais diretas no processo da inclusão dos alunos, tais como: lidar com as expectativas e possíveis frustrações dos membros familiares deste aluno deficiente, e com as limitações do próprio aluno.



Percebe-se também que podem surgir algumas atitudes preconceituosas por parte dos pais e dos outros alunos, sendo que o educador deve conhecer todos os caminhos que deve tomar nesse processo acolhedor e inclusivo, entendendo também que a escola em sua organização administrativa (o currículo, as metodologias de ensino, os recursos e materiais), também são determinantes para verdadeiro acolhimento do aluno com deficiência. Nesse sentido, é necessário que haja uma construção de um Projeto Político Pedagógico Inclusivo, contando com a participação em massa dos pais, profissionais, instituições especializadas (que realizam o atendimento complementar), e alunos, que pode ajudar efetivamente no processo de construção de uma escola que busca viver com práticas e ações democráticas favorecendo a presença de todos aqueles que dela necessitam.

Nesta reflexão, outros estudos podem surgir no sentido de favorecer melhor a construção, da sonhada escola inclusiva, entre eles pode-se sugerir: como às políticas públicas podem inserir como formação continuada, uma proposta de capacitação em serviço, que atenda à imensa demanda de professores, ainda despreparados, para realizar a inclusão escolar? Ou ainda: como os pais podem tornar-se aliados no processo de inclusão escolar, sem descaracterizar o espaço de aprendizagem da sala de aula? Estas questões poderão, quem sabe, agregar valor às discussões que vem sendo realizadas sobre esta temática em todas as esferas educativas, preocupadas com este processo. Desta forma, o processo de inclusão traz como premissa básica, propiciar a Educação para todos, uma vez que, o direito do aluno com deficiência, e de todos os cidadãos, à educação é um direito constitucional.

No entanto, percebe-se que a proposta de inclusão dos alunos que apresentam alguma deficiência ainda não se consolidou da forma desejada. E, conforme destaca a educadora Mantoan (2003, p. 96), “na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças. E, esse é o primeiro passo para se construir uma sociedade mais justa”. Nessa perspectiva, Aranha (2004, p. 38), também chama a atenção para o fato de que: “uma escola somente poderá ser considerada inclusiva, quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação”. Portanto, um ensino realmente significativo é aquele que busca garantir o acesso ao conjunto

sistematizado, de todos os conhecimentos construídos e vivenciados como recursos a serem mobilizados, a todos aqueles que necessitam deles.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Geraldo Peçanha. **Minha escola recebeu alunos para inclusão. Que faço agora.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

ANTUNES, Celso. **Inclusão: o nascer de uma nova pedagogia.** São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

ARANHA, M. S. F. **Educação Inclusiva:** transformação social ou retórica. In: OMOTE, S. (org.). **Inclusão: intenção e realidade** (pp. 37-60). Marília: Fundepe, 2004.

BACHELARD, G. **A poética do espaço.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. \_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva:** Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – Alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília: MEC/SEESP, 2000, vol. 6.

CANDAU, Vera Maria (org). **Sociedade, Educação e Cultura (s):** questões e propostas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CARTOLANO, Maria Teresa. Formação do educador no curso de pedagogia: A educação especial. IN: Cadernos CEDES, nº 46 – Setembro, 1998. UNICAMP/ Campinas, São Paulo.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: colocando os pingos nos “is”.** 7ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

FERREIRA, Windyz B. **Inclusão x exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca.** In: **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 42ª reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 9ª ed., Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1981, p.79

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental: um relato do**

**empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné na Melanésia.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer?** São Paulo : Moderna , 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** 9º Ed, São Paulo: Hucitec, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 7º Ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.